

Pastificio Selmi S.A.

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2021 com
Relatório do Auditor Independente**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Pastifício Selmi S.A.

Sumaré - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pastifício Selmi S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pastifício Selmi S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 23 de março de 2021, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 1 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/F



Rodrigo Ferreira Silva
Contador CRC RJ-115537/O-9

Pastificio Selmi S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	50.823	96.795
Contas a receber de clientes	5	140.507	108.941
Estoques	6	76.876	69.344
Mútuos com partes relacionadas	7	10.948	34.174
Tributos a recuperar	8	29.451	23.283
Tributos a Recuperar- CSL/IRPJ	8	4.960	9.768
Outros créditos		3.917	2.488
		317.482	344.792
Não circulante			
Depósitos judiciais	15	849	1.195
Tributos a recuperar	8	1.719	1.587
Investimento		16.203	3.375
Imobilizado	9	364.636	278.938
Intangível		9.313	9.313
		392.720	294.408
Total do ativo		710.202	639.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pastificio Selmi S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	10	126.294	87.510
Empréstimos e financiamentos	11	123.739	79.300
Salários e encargos sociais	12	20.570	20.797
Tributos a recolher	13	6.529	4.053
Dividendos a pagar	14	6.945	3.674
Outros passivos		19.157	17.007
		303.234	212.341
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	124.477	169.550
Provisões para processos judiciais	15	9.090	10.911
Tributos a recolher	13	383	625
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	20.856	18.835
Outros passivos		44	276
		154.850	200.197
Total do passivo		458.084	412.538
Patrimônio líquido	17		
Capital social		81.423	81.423
Reserva de capital		262	262
Ajustes de avaliação patrimonial		26.763	27.565
Reserva de lucros		143.670	117.412
Total do patrimônio líquido		252.118	226.662
Total do passivo e do patrimônio líquido		710.202	639.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pastificio Selmi S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita líquida	18	1.235.520	1.141.083
Custo das vendas	19	<u>(860.940)</u>	<u>(740.113)</u>
Lucro bruto		374.580	400.970
Despesas com vendas	19	(233.260)	(229.972)
Despesas gerais e administrativas	19	(40.271)	(37.850)
Outras receitas operacionais, líquidas		<u>9.005</u>	<u>1.192</u>
		264.525	(266.630)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		110.055	134.340
Despesas financeiras	20	(18.012)	(14.606)
Receitas financeiras	20	4.556	4.850
Variações monetárias e câmbios, líquidas	20	<u>1.212</u>	<u>1.038</u>
Resultado financeiro		(12.245)	(8.718)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		97.811	125.622
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(13.971)	(28.419)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	<u>(2.021)</u>	<u>(223)</u>
Lucro líquido do exercício		81.819	96.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pastificio Selmi S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	<u>81.819</u>	<u>96.980</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>81.819</u>	<u>96.980</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pastificio Selmi S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019	81.423	262	1.035	62.963	28.499	36.798	210.980
Destinação de lucros de exercícios anteriores						(36.798)	(36.798)
Constituição de reserva de Incentivo	-	-	-	32.050	-	(32.050)	-
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	-	-	-	-	(933)	933	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	96.980	96.980
Destinação do lucro:							
Dividendos	-	-	-	-	-	(35.609)	(35.609)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(8.891)	(8.891)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2020	81.423	262	1.035	95.013	27.566	21.363	226.662
Destinação de lucros de exercícios anteriores						(21.363)	(21.363)
Constituição de reserva de Incentivo	-	-	-	33.710	-	(33.710)	-
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	-	-	-	-	(803)	803	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	81.819	81.819
Destinação do lucro:							
Dividendos	-	-	-	-	-	(25.445)	(25.455)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(9.555)	(9.555)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Em 31 de dezembro de 2021	81.423	262	1.035	128.723	26.763	13.912	252.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pastificio Selmi S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		97.811	125.622
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	9	18.074	17.635
IR/CSL *- Diferidos		(2.021)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(479)	222
Provisão para obsolescência de estoques	6	(161)	463
Provisão para contingência	15	(1.821)	427
Juros sobre empréstimo a partes relacionadas	7.b	(829)	(2.210)
Juros sobre empréstimos		16.009	11.580
Baixa Líquida do ativo imobilizado		2.773	67
		129.356	153.806
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(31.088)	(8.951)
Estoques		(7.370)	(21.907)
Tributos a recuperar		(1.492)	30.162
Depósitos judiciais		346	234
Outros ativos		(1.431)	(136)
Fornecedores		38.784	11.340
Salários e encargos sociais		(227)	4.179
Tributos a recolher		(11.149)	(38.810)
Outros passivos		1.918	869
		117.647	130.786
Caixa gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(2.930)
Juros pagos		(13.913)	(14.344)
		103.734	113.512
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(106.545)	(34.425)
Aporte de capital em investida		(12.828)	(599)
Recebimento de empréstimos – partes relacionadas		-	16.984
		(119.373)	(18.040)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de empréstimos e financiamentos		(77.957)	(105.515)
Ingressos de empréstimos e financiamentos		75.227	130.000
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos - antecipação		(18.997)	(37.206)
Dividendos pagos – exercício anterior		(8.606)	(14.522)
		(30.333)	(27.243)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento			
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		45.972	68.229
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	96.795	28.566
		50.823	96.795
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Pastificio Selmi S.A. ("Companhia") tem como atividades preponderantes a industrialização e a comercialização de produtos alimentícios, destacadamente massas, biscoitos, azeite, queijo, outros derivados de trigo. Possui instalações industriais nas cidades de Sumaré - SP e Rolândia - PR, sendo a primeira a sede da Companhia.

A Companhia possui participação societária da totalidade das quotas da empresa Selmi Participações Imobiliárias Eireli que foi constituída com o objetivo de controle e gestão de ativos imobiliários do grupo e possui substancialmente terrenos registrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Efeito da Covid-19 nas demonstrações financeiras

A Companhia vem adotando medidas de prevenção e contenção à Covid-19, seguindo as recomendações de autoridades de saúde. Ao final de fevereiro de 2020 intensificamos nossos procedimentos de precaução, orientação, divulgação de informações, e iniciamos processo de implementação de medidas conservadoras com o objetivo de evitar, dentro do possível, a disseminação da doença junto a colaboradores e familiares.

A Companhia permanece atenta e se mantém monitorando com os possíveis riscos que possam afetar suas operações.

Essas medidas foram de extrema importância quando o governo através do Decreto 10.282/20 de 20 de março de 2020 declarou o setor alimentício como atividade essencial (produção de alimento, combustível, energia e insumos para essas atividades e serviços de saúde).

Com base nas informações disponíveis até a data de emissão destas demonstrações financeiras a administração da Companhia avaliou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a sua capacidade de operação futura, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos, edificações e benfeitorias, máquinas e equipamentos e veículos na data de transição para os CPCs. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia, em 31 de março de 2022.

2.2 Sumário das principais práticas contábeis

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021.

a. Receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência dos exercícios.

A Companhia reconhece suas receitas seguindo as 5 etapas trazidas pelo CPC 47, que resumidamente consistem em:

(i) Identificação do contrato

Esta etapa consiste em identificar o contrato ou contratos para fornecimento de bens ou serviços para os clientes, que podem ser escritos, verbais ou implícitos de acordo com as práticas comerciais usuais da entidade. Outro ponto relevante é que contrato de cliente precisa atender também 4 critérios:

- (a) reconhecimento da contraprestação é provável;
- (b) o contrato tem que possuir substancia comercial;
- (c) poder identificar os direitos aos bens ou serviços e condições de pagamentos; e
- (d) um contrato existe se as partes estão comprometidas com suas obrigações, ou seja, se foram aprovadas

(ii) Identificação das obrigações de desempenho descritas no contrato

Nesta etapa, a entidade identifica todos bens prometidos e avalia se esses bens constituem obrigações de desempenho separadas, ou seja, com múltiplos entregáveis. Se esses bens são distintos, as promessas são obrigações de desempenho e são contabilizados separadamente. Para avaliação da existência ou não de bens distintos utiliza-se dois critérios. O primeiro critério diz respeito ao benefício que o cliente pode ter por conta própria ou em conjunto com recursos que já estão prontos e disponível para ele. O segundo critério que deve ser observado é a identificação separada de cada uma das promessas descritas no contrato.

(iii) Determinação do preço da transação

Nesta etapa determina-se o montante que uma entidade tem direito em troca da transferência de bens para um cliente excluindo os valores cobrados em nome de terceiros, como alguns impostos sobre vendas por exemplo. A contraprestação prometida em um contrato pode incluir valores variáveis, fixos, ambos ou uma contraprestação que não seja dinheiro. A contraprestação variável leva em conta: descontos, créditos, concessões de preço, devoluções, bônus, outros incentivos comerciais.

(iv) Alocação do preço da transação

Nesta etapa, após definição do preço da transação, deverá alocar esse preço a cada obrigação de desempenho que foi identificada na segunda etapa prevista na norma na proporção do seu preço de venda independente, que pode ser entendido como um preço observável de vendas do bem para clientes em situação semelhante.

(v) Reconhecimento da receita

A receita de uma venda deve ser reconhecida quando a entidade vendedora cumpre sua obrigação de desempenho pela transferência dos bens prometidos ao cliente. A norma esclarece que ativos são transferidos ao cliente quando (ou na medida em que) o cliente obtém controle sobre o ativo, ou seja, quando o cliente tem a capacidade de direcionar seu uso e obter os benefícios remanescentes do ativo. Portanto, quando o cliente obtém o controle do ativo objeto do contrato de venda, a obrigação de desempenho é satisfeita e a receita passa a ser reconhecida.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pela Companhia pela taxa de moeda funcional vigente na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para moeda Real utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de conversão na data inicial da transação.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Os ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, mútuo com partes relacionadas, outros ativos e depósitos judiciais.

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis em 90 dias a partir de sua emissão, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor. Contas a receber de clientes referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

Créditos com partes relacionadas – referem-se a empréstimos feitos aos acionistas, sobre os quais incidem juros remuneratórios .

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, contas a receber, créditos com partes relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável das contas a receber de clientes são também fornecidas na nota explicativa 5.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, financiamentos com terceiros e partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

(e) **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Para mais informações, vide nota 11.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(i) *Compensação de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.3 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos com matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

O valor líquido de realização e o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão dos produtos e os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para obsolescência é contabilizada levando-se em conta parâmetros predefinidos que consideram o prazo de permanência dos itens em estoque. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.4 Imobilizado

Terrenos e edificações e benfeitorias compreendem principalmente as fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para CPCs, como mencionado na Nota 2.1. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis a aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos e baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações e benfeitorias	25-26
Máquinas e equipamentos	10-21
Veículos	5-20
Móveis e utensílios	10-19

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.6).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.5 Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A marca registrada no ativo intangível da Companhia possui vida útil indefinida, portanto não é possível determinar sua amortização, sendo submetida a teste anual para análise de eventual perda do seu valor recuperável.

2.6 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Esse último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelecem provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativa de contribuição social e das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.9 Classificação corrente versus não corrente

Os ativos e passivos são registrados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados no não circulante.

Os ativos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante.

2.10 Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.11 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, ou quando são aprovadas para distribuição antecipada, com base no estatuto social da Companhia.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas controladores.

2.12 Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2021

Os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não geraram alterações significativas nas demonstrações financeiras em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior apresentada para fins de comparabilidade.

2.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas, mas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar as respectivas normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- a) Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao NBC TG 25 (CPC25) /IAS 37;
- b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC32/IAS 12);
- c) Outras Normas
 - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).
 - Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
 - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
 - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
 - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
 - IFRS 17 Contratos de Seguros.
 - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
 - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão substancialmente relacionadas com as provisões para processos judiciais (Nota 15), prazo de realização de impostos de rendas e contribuição social diferidos (Nota 16), mútuos com partes relacionadas (Nota 7) e vida útil dos ativos imobilizados (Nota 9).

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2021	2020
Recursos em banco e em caixa	13.126	20.075
Depósitos bancários de curto prazo (i)	37.697	76.720
Total de recursos disponíveis	50.823	96.795

- (i) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários, em instituições financeiras de primeira linha, com vencimento de curto prazo de, no máximo, três meses a contar da data de aquisição;

5 Contas a receber de clientes

	2021	2020
Contas a receber de clientes nacionais	130.527	105.778
Contas a receber de clientes externos	11.737	5.399
Provisão para perdas esperadas de créditos	(1.757)	(2.236)
	140.507	108.941

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	2021	2020
A vencer	140.361	109.275
Vencidas:		
Até 30 dias	579	260
De 31 a 60 dias	158	456
De 61 a 90 dias	11	6
De 91 a 120 dias	5	4
Mais de 120 dias	1.149	1.176
Total	142.264	111.177
Provisão para perda esperada de créditos	(1.757)	(2.236)
Total líquido	140.507	108.941

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa da Companhia são as seguintes:

	2021	2020
Em 1º de janeiro	2.236	2.014
Constituição	20	559
Utilização da provisão	(499)	(337)
Em 31 de dezembro	1.757	2.236

A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas no resultado do exercício como “Despesas com vendas”. As contas a receber são baixadas contra a conta de provisão quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía penhor de duplicatas de sua emissão, no montante de R\$30.875 (R\$37.281 em 2020), na modalidade caução rotativa, em garantia de seus empréstimo e financiamentos.

6 Estoques

	2021	2020
Produtos acabados	37.746	30.666
Produtos para revenda	33	33
Matérias-primas e embalagens	30.112	27.738
Materiais de consumo, manutenção e outros	5.563	4.582
Importações em andamento	3.422	6.325
	76.876	69.344

A movimentação na provisão para perdas nos estoques está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Em 1º de janeiro	1.105	642
Constituição	(161)	463
Em 31 de dezembro	944	1.105

O custo dos estoques reconhecido em “Custo das vendas” totalizou R\$ 860.940 (R\$740.113 em 2020).

7 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram realizadas com partes relacionadas:

a. Compras de serviços

	2021	2020
Aquisição de vale-transporte	393	364
Serviços transporte funcionários	7.974	7.255
Serviços de frete	4.841	5.883
	13.208	13.502

As compras de serviços com partes relacionadas referem-se a contratação de serviços de transporte junto a Transportes Cappelini Ltda. e Vila Real Transportes e Serviços Ltda.

b. Partes relacionadas

A Companhia possui saldos de empréstimos junto aos seus acionistas, os quais são corrigido monetariamente, cuja movimentação está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Em 1º de janeiro	34.174	83.847
Juros apropriados	829	2.210
Compensação com lucros de exercícios anteriores	(16.431)	(31.278)
Recebimentos	-	(16.984)
Compensação com lucros do exercício	(7.624)	(3.621)
Em 31 de dezembro	10.948	34.174
Circulante	10.948	34.174
Não circulante	-	-

As transações de compensação apresentadas acima não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa e foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa.

Os saldos de empréstimos a partes relacionadas mantidas no curto prazo referem-se aos montantes que a Companhia espera realizar nos próximos 12 meses, através da utilização de reserva de lucros remanescentes e as projeções de resultados líquidos e de distribuições do exercício de 2022.

c. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar por serviços prestados pelo pessoal-chave da Administração, incluindo pró-labore, salários e encargos, foi de R\$1.980 (R\$2.193 em 2020).

8 Tributos a recuperar

	2021	2020
Impostos federais	4.326	7.852
Impostos estaduais	26.844	14.730
Subtotal	31.170	22.582
Impostos de renda	2.579	9.768
Contribuição social	2.381	2.287
Subtotal	4.960	12.055
Total	36.130	34.637
Circulante	34.411	33.050
Não circulante	1.719	1.587

9 Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2020									
Saldo inicial	18.722	89.593	124.548	6.204	927	1.077	241.071	30.457	271.528
Aquisição	-	63	8.698	640	374	691	10.466	14.646	25.112
Alienação	-	-	-	(67)	-	-	(67)	-	(67)
Depreciação	-	(2.779)	(12.947)	(1.427)	(129)	(353)	(17.635)	-	(17.635)
Saldo contábil, líquido	18.722	86.877	120.299	5.350	1.172	1.415	233.835	45.103	278.938
Em 31 de dezembro de 2020									
Custo total	18.722	118.618	261.333	18.470	3.744	6.141	427.028	45.103	472.131
Depreciação acumulada	-	(31.741)	(141.034)	(13.120)	(2.572)	(4.726)	(193.193)	-	(193.193)
Saldo contábil, líquido	18.722	86.877	120.299	5.350	1.172	1.415	233.835	45.103	278.938
Em 1º de janeiro de 2021									
Saldo inicial	18.722	86.877	120.299	5.350	1.172	1.415	233.835	45.103	278.938
Aquisição	-	2.426	6.129	1.610	165	698	11.028	95.518	106.545
Alienação	-	(78)	(79)	22	-	-	(135)	(2.639)	(2.773)
Depreciação	-	(2.847)	(13.153)	(1.426)	(158)	(490)	(18.074)	-	(18.074)
Saldo contábil, líquido	18.722	86.378	113.196	5.556	1.179	1.623	226.654	137.982	364.636
Em 31 de dezembro de 2021									
Custo total	18.722	120.966	267.383	20.102	3.909	6.839	437.921	137.982	575.903
Depreciação acumulada	-	(34.588)	(154.187)	(14.546)	(2.730)	(5.216)	(211.267)	-	(211.267)
Saldo contábil, líquido	18.722	86.378	113.196	5.556	1.179	1.623	226.654	137.982	364.636

O saldo da conta "Obras em andamento" está representado principalmente pelo, pela Construção do Moinho em Rolândia, ampliação do Transelevador em Sumaré, máquina massa longa (Rolândia) e projeto terreno Suape. O montante de R\$14.652 (R\$14.551 em 2020) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas" e R\$3.413 (R\$3.090 em 2020) em "Despesas com vendas, gerais e administrativas".

10 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais	118.879	73.271
Fornecedores estrangeiros	7.415	14.239
	126.294	87.510

A Companhia possui transações com fornecedores nacionais e estrangeiros, provenientes da compra de matérias-primas, material de embalagem, e outros materiais.

11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são nos respectivos vencimentos, demonstrados pelo valor amortizado.

Modalidade	Encargos		2021	2020
	Taxa	Indexador		
Certificado de recebíveis do Agronegócio - (CRA)	2,25% a.a	CDI	51.392	101.230
Nota de Crédito Exportação - NCE	2,25% A 3,5% a.a	CDI	30.607	15.141
Financiamento de máq. e equipamentos – FINAME e FINEM	2,5% a 7,0% a.a. 2,70% A 3,00 %	Pré	7.220	11.516
Outros	a.a.	CDI	158.997	120.963
Total			248.216	248.850
Circulante			123.739	79.300
Não circulante			124.477	169.550

A Companhia possui obrigação contratual com a manutenção de indicadores financeiros devido ao encerramento do exercício societário, além de *covenants* não financeiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia está adimplente com essas obrigações, portanto sem a necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras.

Os montantes dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

2022	-
2023	44.016
2024	33.794
Após 2024	46.667
	124.477

Os empréstimos e financiamentos são garantidos pelos próprios bens financiados, por contas a receber de clientes e por avais dos acionistas da Companhia.

Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia realizou uma captação de recursos via mercado de capitais, através de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA, através da ARES Serviços Imobiliários Ltda. na qualidade de subscritora das debentures e da Ápice Securitizadora S.A. na qualidade de interveniente anuente. A operação, no montante de R\$ 150.000, possui remuneração de CDI +2,25% a.a. e prazo final de vencimento em 14 de setembro de 2022.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício:

	2021	2020
Saldo inicial	248.850	227.129
Captações	75.227	130.000
Provisão de encargos	16.009	11.580
Amortização do principal	(77.957)	(105.515)
Pagamento de juros	(13.913)	(14.344)
	<u>248.216</u>	<u>248.850</u>
Saldo final	<u>248.216</u>	<u>248.850</u>

12 Salários e encargos sociais a pagar

	2021	2020
INSS	4.484	3.945
FGTS	1.286	1.152
Férias a pagar	8.353	6.772
Bônus e participação nos lucros	2.441	5.296
Outros	4.006	3.632
	<u>20.570</u>	<u>20.797</u>
	<u>20.570</u>	<u>20.797</u>

13 Tributos a recolher

	2021	2020
Impostos federais	2.332	901
Impostos federais-Imposto de renda e contribuição social	1.635	240
Impostos estaduais	2.040	2.199
Parcelamento de impostos	803	1.279
Outros	102	59
	<u>6.912</u>	<u>4.678</u>
Circulante	<u>6.529</u>	<u>4.053</u>
Não circulante	<u>383</u>	<u>625</u>

14 Dividendos a pagar

A movimentação dos saldos de dividendos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é demonstrada abaixo:

	2021	2020
Em 1º de janeiro	3.674	9.002
Dividendos compensados e pagos	(3.081)	(9.002)
Dividendos apropriados	6.352	3.674
Em 31 de dezembro	6.945	3.674

15 Provisões para processos judiciais

A provisão para processos judiciais é constituída com base na opinião dos nossos consultores jurídicos internos e externos, em montante considerado suficiente para cobrir perdas que possam advir do desfecho desfavorável de questões tributárias, trabalhistas e cíveis em andamento, as quais, quando aplicável, estão amparadas por depósitos judiciais. Os depósitos judiciais e a correspondente provisão para processos judiciais possuem a seguinte composição:

	Tributárias	Trabalhistas e previdenciárias	Cíveis e outras	Total
Em 31 de dezembro de 2019	-	9.160	1.324	10.484
Adição	536	536	4	540
Reversão	-	(109)	(4)	(113)
Em 31 de dezembro de 2020	-	9.587	1.324	10.911
Adição	524	524	753	1.277
Reversão	-	(2.749)	(349)	(3.098)
Em 31 de dezembro de 2021	-	7.362	1.728	9.090

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração consoante legislação vigente e amparadas pela opinião de seus consultores jurídicos e correspondem principalmente a:

a. Trabalhistas e previdenciárias

Consistem, principalmente, em reclamações de empregados pleiteando verbas indenizatórias diversas.

b. Cíveis e outras

Correspondem substancialmente a reclamações de terceiros por perdas e danos.

c. Contingências possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios.

Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2021	2020
Tributárias (i)	22.114	29.436
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	12.428	14.331
Cíveis e outras (iii)	3.152	98

- (i) Tributárias: referem-se principalmente a: autos de infração lavrados pela Fazenda do Distrito Federal por meio do qual está sendo imputado à empresa o pagamento de ICMS pelo regime de apuração.
- (ii) (Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados pleiteando verbas indenizatórias diversas.
- (iii) Cíveis e outras - correspondem, substancialmente, a reclamações de terceiros por perdas e danos.

d. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, referem-se a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionados. O saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 é de R\$849 (R\$1.1195 em 2020) e está classificado na rubrica “Depósitos judiciais”, no ativo não circulante. Considerando que a Companhia não possui a disponibilidade econômica e jurídica dos depósitos judiciais, esses valores são mantidos pelos seus respectivos valores históricos até o desfecho final do respectivo processo.

	2021	2020
1º. de Janeiro	1.195	1.429
Adições	54	141
Baixa	(401)	(375)
Total	849	1.195

16 Imposto de renda e contribuição social

a. Impostos de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

	2021	2020
Ajuste de avaliação patrimonial	(13.786)	(14.199)
Diferenças de taxas de depreciação (vida útil)	(15.638)	(15.310)
Provisão para processos judiciais	3.091	427
Provisão para perdas esperadas de créditos	597	222
Provisão para perdas nos estoques	321	463
Outras diferenças temporárias	4.559	9.562
	<u>4.559</u>	<u>9.562</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos	<u>(20.856)</u>	<u>(18.835)</u>

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	2021	2020
Em 1º de janeiro	(18.835)	(18.613)
Movimentação	(2.021)	(223)
	<u>(2.021)</u>	<u>(223)</u>
Em 31 de dezembro	<u>(20.856)</u>	<u>(18.835)</u>

O passivo de imposto de renda diferido reconhecido em 2021 no montante de R\$13.783 (R\$14.196 em 2020), refere-se ao efeito tributário do custo atribuído ainda não realizado pela Companhia (*deemed cost*) no montante de R\$41.762 (R\$40.546 em 2020) e às diferenças entre as taxas de depreciação utilizadas para fins fiscais e àquelas calculadas de acordo com as vidas úteis dos bens, utilizadas para fins contábeis.

Abaixo é apresentado a conciliação entre o lucro contábil e a despesas de imposto de renda e contribuição social:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	97.811	125.622
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes - 34%	(30.007)	(42.711)
Juros sobre o capital próprio	3.249	3.023
Incentivo fiscal (Lei do bem e subvenção investimento)	11.461	11.698
Diferenças permanentes	2.554	(652)
	<u>2.554</u>	<u>(652)</u>
Despesa	<u>15.992</u>	<u>28.642</u>
Corrente	<u>(13.971)</u>	<u>(28.419)</u>
Alíquota efetiva	<u>16,35</u>	<u>22,80</u>
Diferido	<u>(2.021)</u>	<u>(223)</u>

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social está dividido em 1.177.016 ações ordinárias nominativas, totalmente subscrito e integralizado, sem valor nominal, distribuídas como segue:

	Ações
Paradela Participações S.A.	359.964
Selpar Participações S.A.	359.963
Ricardo de Oliveira Selmi	86.391
Picciorana Participações Ltda.	176.550
Zigurate Participações Ltda.	194.148
	1.177.016

b. Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social assegura aos acionistas o direito a dividendo mínimo de 5% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária.

A Administração da Companhia aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$9.555 (R\$8.891 em 2020).

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	81.819	96.980
Realização do custo atribuído, líquido do efeito tributário	802	933
Constituição de reserva legal	-	-
Base de cálculo dos dividendos	82.621	97.913
Dividendos		
Do exercício	(25.445)	(35.609)
Juros sobre o capital próprio	(9.555)	(8.891)
	35.000	44.500
Porcentagem dos dividendos sobre o lucro líquido do exercício	42,36%	45,45%

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

d. Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da reserva de lucros remanescentes é de R\$ 13.913

A Administração da Companhia proporá em Assembleia Geral Ordinária a destinação da reserva de lucros remanescentes na forma de dividendos adicionais para compensação com os mútuos ativos (Nota 7), sem que ocorra o desembolso de caixa em relação a essa destinação.

e. Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais refere-se aos benefícios advindos pela subvenção para investimento, conforme Lei Complementar 160/17.

18 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2021	2020
Receita bruta de venda e revenda de Massas	819.592	773.747
Receita bruta de venda e revenda de Biscoito	330.478	275.517
Receita bruta de venda e revenda de Empacotamento	107.661	120.846
Receita bruta de venda e revenda de Instantâneo	109.195	88.186
Receita bruta de venda e revenda de Bolos	17.813	16.441
Receita bruta de venda e revenda de Outros	1.505	1.353
Total receita Bruta	1.386.244	1.276.090
Impostos sobre vendas	(110.688)	(96.221)
Devolução de vendas	(23.653)	(24.379)
Desconto sobre vendas	(16.383)	(14.407)
	1.235.520	1.141.083
Receita líquida	1.235.520	1.141.083

19 Despesas por natureza

	2021	2020
Matéria-prima aplicada	642.585	529.038
Custo de revenda	46.622	42.441
Gastos gerais de fabricação	101.826	97.680
Salários e ordenados	112.823	111.543
Depreciação	17.586	17.641
Serviços profissionais por terceiros	70.593	68.275
Despesas com fretes	70.054	62.899
Despesas com funcionários (PAT, reclamações trabalhistas)	6.046	7.498
Despesas com veículos	6.538	4.962
Despesas com viagens	5.345	4.715
Despesas com aluguel	4.657	5.349
Serviços de telecomunicação	684	708
Despesas tributárias	14.526	9.928
Tabloides	22.489	32.577
Outros	12.097	12.682
	1.134.471	1.007.935
	2021	2020
Custo das vendas	860.940	740.113
Despesas com venda	233.260	229.972
Despesas gerais e administrativas	40.271	37.850
	1.134.471	1.007.935
	1.134.471	1.007.935

20 Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas financeiras		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(90)	(10)
Taxas e comissões bancárias	(1.003)	(2.185)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.008)	(11.580)
Outros	(911)	(831)
Total das despesas financeiras	(18.012)	(14.606)
Receitas financeiras		
Rendimentos e aplicações financeiras	2.568	873
Juros sobre mútuo com empresas relacionadas	953	2.480
Descontos obtidos	362	452
Juros / atualização monetária	673	1.045
Total das receitas financeiras	4.556	4.850
Variação cambial		
Variações cambiais ativas	4.546	7.377
Variações cambiais passivas	(3.334)	(6.339)
Variação cambial, líquida	1.212	1.038
Resultado financeiro	(12.245)	(8.718)

21 Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo) e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros (*hedge*), quando necessário.

a. *Risco de mercado*

(i) *Risco cambial*

A Companhia possui parte de suas operações vinculadas a moeda estrangeira e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos em operações no exterior. O risco cambial ocorre quando existe diferenças entre as combinações das contas dos ativos e passivos nas operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros (*hedge*).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em dólar dos Estados Unidos e euro nos montantes descritos a seguir:

	2021	2020
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes	11.736	5.399
	11.736	5.399
Passivo circulante		
Fornecedores	7.415	14.239
	7.415	14.239
Passivo não circulante		
	4.321	14.239

(ii) *Risco com taxas de juros*

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia possui política de hedge que monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas no caso da necessidade de contratação para novas operações.

Análise da sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- **Cenário Provável:** foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do exercício seguinte.
- **Cenário II:** estimativa considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.
- **Cenário III:** estimativa considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

				31 de dezembro de 2021			
	Risco	Taxa em 31/12/2021	Taxa cenário provável (a)	Exposição	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Aplicações financeiras	Queda da CDI	9,15%	12,16%	33.864	4.118	3.088	2.059
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	9,15%	12,16%	(189.448)	(23.037)	(17.278)	(11.518)
Efeito				(155.584)	(18.919)	(14.189)	(9.460)

- (a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado (http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/mercado-de-derivativos/?symbol=DI1).

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de câmbio:

		31 de dezembro de 2021						
	Risco	Taxa em 31/12/2021	Taxa cenário provável (a)	Exposição (USD)	Exposição (BRL)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Contas a receber de clientes no exterior	Queda do dólar	5,6	5,3	2.103	11.273	10.669	8.002	5.334
Fornecedores no exterior	Alta do dólar	5,6	5,3	(1.329)	(7.442)	(7.044)	(5.283)	(3.522)
Efeito				774	3.831	3.625	2.719	1.812

Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado (<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>).

b. Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diretamente pela área financeira, através da manutenção do fluxo de caixa de curto e longo prazo.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Nota	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020			
Empréstimos e financiamentos	11	79.300	169.550
Fornecedores	10	87.510	-
Tributos a recolher	13	4.053	625
Salários e encargos sociais	12	20.797	-
Outros passivos		17.007	276
Em 31 de dezembro de 2021			
Empréstimos e financiamentos		123.739	124.477
Fornecedores		126.294	-
Tributos a recolher		6.529	383
Salários e encargos sociais		20.570	-
Outros passivos		19.157	44

22 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	Nota	2021	2020
Total dos empréstimos	11	248.216	248.850
Menos: caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4	<u>(50.823)</u>	<u>(96.795)</u>
Dívida líquida		197.393	152.055
Total do patrimônio líquido		252.118	226.662
Total do capital		<u>449.511</u>	<u>378.717</u>
Índice de alavancagem financeira - % (*)		<u>43,91</u>	<u>40,15</u>

(*) O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre cálculos de índices financeiros determinados pela Administração.

23 Instrumentos financeiros por categoria

Ativos Financeiros

	Nota	Mensurados ao custo amortizado	
		2021	2020
Contas a receber de clientes	5	140.507	108.941
Contas a receber de partes relacionadas	7b	10.948	34.174
Depósitos judiciais	15b	849	1.195
Contas a receber de partes relacionadas	7b	10.948	34.174
Outros créditos		3.919	2.488
		155.374	145.603
		Mensurados ao valor justo por meio do resultado	
		2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	50.823	96.795
		50.823	96.795

Passivos financeiros

	Nota	Mensurados ao custo amortizado	
		2021	2020
Fornecedores	10	126.294	87.510
Empréstimos e financiamentos	11	248.216	248.850
Outros passivos		19.157	17.007
		393.667	353.367

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e a orientação de consultores de seguros.

24 Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramo	Importância segurada
Incêndio de bens do ativo imobilizado	140.000
Danos elétricos	500
Equipamentos eletrônicos - sem roubo	300
Equipamentos estacionários - sem roubo	8.000
Equipamentos móveis com roubo	300
Roubo ou furto	50
Equipamentos portáteis território mundial	10
Lucros cessantes	45.750
Responsabilidade civil	1.000
Responsabilidade civil estabelecimentos comerciais e ou industriais	3.000
Casos fortuitos (vendaval, furacão, ciclone, tornado etc.)	50.000

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

25 Eventos subsequentes

A Companhia realizou a emissão de uma Oferta Pública de Distribuição dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 18ª (Décima Oitava) Emissão da True Securitizadora S.A., lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos Pela Companhia, no valor de R\$ 218.414 com prazo de 06 anos para pagamento e taxa de IPC-A + 6,3104%. Durante o processo de emissão, a Companhia também obteve atribuição de Rating A+(bra) da Fitch Ratings, com perspectiva estável, sendo esta a classificação para a emissão.